

# NOVOS AQUILOMBAMENTOS POR INFÂNCIAS ANTIRRACISTAS

Aline Moraes da Costa Lins <sup>1</sup>

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar os resultados do projeto de pesquisa e extensão Novos quilombamentos na construção de infâncias antirracistas, desenvolvido no âmbito do Instituto Federal do Rio de Janeiro, campus Volta Redonda, com bolsistas internas e da FAPERJ. Partindo das noções de Quilombismo e Mulherismo Africana, bem como das filosofias africanas e afro-brasileiras, buscamos resgatar a coletividade ancestral dos processos de socialização do continente e da diáspora e, com isso, produzir dispositivos de desmonte das lógicas coloniais e individualistas, características da educação ocidental a partir da circularidade e das pedagogias insurgentes, como a Pedagogia das Encruzilhadas e as pedagogias de terreiro. Por meio de pesquisas bibliográficas, estudos, rodas de conversas com educadoras infantis, bem como estudo de campo em quilombo urbano, a saber uma casa de axé de tradição Banto, o projeto tem se desenvolvido a partir da compreensão de uma necessidade de produzir uma fissura na estrutura e nos modos de ensino- aprendizagem desde a primeira infância e que a luta anticolonial, na educação formal e não formal, pode e deve ser pensada tendo como base autores e interlocutores pluriversais. O deslocamento do eixo eurocêntrico, universalizante e colonial tem sido o fio condutor deste projeto, que tem como objetivo central a contribuição no desenvolvimento de práticas e recursos materiais antirracistas que sejam utilizados nos espaços não-formais e formais de educação, tensionando as práticas hegemônicas que excluem os saberes produzidos nas margens, dos corpos pretos e indígenas e caminhando, assim, para uma educação inclusiva das diversidades étnicas e culturais presentes na nossa sociedade e nos espaços escolares. Buscamos uma infância sem racismo e, para tanto, a formação continuada de educadoras e educadores antirracistas.

**Palavras-chave:** Educação Antirracista, Pedagogias de Terreiro, Educação Infantil, Formação Continuada, Quilombismo.

## 1- INTRODUÇÃO – A IMPORTÂNCIA DAS EDUCADORAS DA INFÂNCIA

O projeto Novos Aquilombamentos por Infâncias Antirracistas, desenvolvido no âmbito do Instituto Federal do Rio de Janeiro, campus Volta Redonda durante setembro de 2023 até o presente momento, é um desdobramento de projetos de extensão anteriores, que tiveram como base a Educação para as Relações Étnico Raciais (ERER) e a infância como potência criadora e transformadora da realidade social, conceito este baseado em filosofias africanas.

Partimos das noções de quilombismo e de mulherismo africana com a finalidade de resgatar a coletividade ancestral dos processos de socialização do continente e da

---

<sup>1</sup> Professora de Sociologia do IFRJ campus Volta Redonda, [aline.costa@ifrj.edu.br](mailto:aline.costa@ifrj.edu.br)

diáspora e, com isso, produzir dispositivos de desmonte das lógicas coloniais e individualistas, características da educação ocidental/ocidentalizada. O mulherismo africana, de acordo com Hudson- Weems (2021), tem servido para pensarmos o senso de comunidade e coletividade característicos de muitas etnias africanas e que é inspiração e base teórico-metodológica para as atividades que tem sido desenvolvidas junto aos atores sociais e comunidades parceiras.

As práticas de cuidar na espiritualidade de matriz africana, trazendo o contexto da resistência negra, os valores que se apresentam nos saberes dos terreiros, o acolhimento, o aquilombamento, a coletividade, a comunidade e o lugar desses saberes ao longo da história da resistência negra no Brasil são os sentidos ancestrais que buscamos desenvolver nas práticas formativas e materiais didáticos pedagógicos produzidos. Práticas estas que Nascimento (2019), conceitua como quilombismo, uma proposta teórica e política que resgata a história de resistência das comunidades quilombolas no Brasil e a amplia para uma visão contemporânea de luta por emancipação e justiça social para a população negra.

Neste caminho teórico, o projeto, em sua fase atual tem as professoras e alunas em formação docente para a educação infantil e as séries iniciais os sujeitos participantes, uma vez que a educação formal e seus profissionais sempre estiveram como centro das falas e discussões durante a primeira fase, em que mulheres cuidadoras foram as sujeitas da pesquisa. Compreendemos, também, que a escola tem uma centralidade na construção das subjetividades dos sujeitos e, cada vez mais cedo e por mais tempo, as crianças estão dentro dos espaços formais de educação.

Neste sentido, nossa busca por compreender as práticas antirracistas para a infância, se deslocaram para o ambiente escolar formal, suas metodologias e práticas de ensino. Na busca por caminhos emancipatórios e de ampliação de direitos, a EREER vem fincando possibilidades pedagógicas que demarcam a grande encruzilhada brasileira na qual estamos inseridos, local de ação e formação constituída por conflitos, tensões, atravessamentos e negociações. A educação formal, caracterizada pela égide do colonialismo, tem secularmente contribuído para espalhar a lógica de uma estrutura de dominação e desigualdade em que a branquitude opera como sistema legítimo de poder, disseminando exclusões, marginalização do outro (o não branco) e atos de repressão. (Bento, 2022)

Uma natureza desigual que ainda permanece sendo reproduzida nos currículos escolares, eminentemente eurocêntricos e hegemônicos, que pouco dialogam com as

culturas e saberes da diversidade de sujeitos que estão nos bancos escolares desde a mais tenra idade. A busca emancipatória que a EREER pretende a partir da Lei 10.630/03, ainda esbarra na pouca formação das professoras e professores para atuação dentro de uma lógica contra hegemônica, decolonial, baseada nos elementos que formam as nossas próprias culturas.

Deste modo, é dentro da perspectiva de uma educação emancipadora dos sujeitos e que permita construções de subjetividades e identidades saudáveis e inclusivas para as diferentes crianças, que este projeto extensionais se desenvolve, buscando os cruzos epistêmicos possíveis entre os saberes eurocentrados e os saberes tradicionais que, a despeito das lógicas coloniais, resistem em nossa sociedade.

### 1.1- Cruzos de saberes e as malemolências de Exu

Partimos do entendimento de que as religiões de matriz africana constituem modos de cuidar e de garantir o direito à diversidade de estilos de vida e à singularização, o que implica na capacidade de promover o diálogo entre diferentes saberes e, com isso, produzir novas epistemologias para a formação humana e a socialização das infâncias. E considerando ainda a potência das infâncias no deslocamento das bases estruturais racistas e da branquitude, é que buscamos com esse projeto construir caminhos não formais de educação antirracista, tendo a cosmopercepção sobre Exu a nosso favor.

Assim, no ano que a Lei 10.639/03 completou seus 20 anos, nos perguntamos: há possibilidades de potencializar a educação formal pelas experiências seculares da pedagogia de terreiros no Brasil? Como as práticas pedagógicas para crianças podem cruzar com as práticas e saberes tradicionais a fim de contribuir para infâncias de fato potentes e transformadoras da realidade social? Perguntas que nos ajudam no desdobrar o projeto que tem, como objetivo central, contribuir na formação de professoras com base nas pedagogias insurgentes de terreiro.

Dentro dessa perspectiva, encontramos em Luiz Rufino (2019) uma base teórica-reflexiva para responder as questões acima a partir do desenvolvimento de oficinas e rodas de conversas junto aos autores sociais. No entanto, devemos responder: o que são pedagogias insurgentes? As compreendemos enquanto abordagens educacionais que se estruturam a partir de questionamentos, com o objetivo de subverter as estruturas de poder e desigualdade presentes nas instituições de ensino e na sociedade como um todo. Fundamentadas em teorias críticas, como Paulo Freire e bell hooks, e em práticas de

resistência, essas pedagogias desafiam o modelo tradicional de educação, que muitas vezes reproduz valores coloniais, patriarcais e eurocêntricos.

São práticas pedagógicas que promovem o protagonismo dos grupos historicamente marginalizados, como quilombolas, povos de terreiro, comunidades indígenas, por exemplo, trazendo para o centro do processo educativo os seus saberes, culturas e vivências. As pedagogias insurgentes valorizam os conhecimentos ancestrais e a experiência pessoal como fontes legítimas de aprendizagem e incentivam a autonomia, a criatividade e o engajamento social, visando transformar a realidade à medida que os sujeitos se transformam a si.

Nesta perspectiva, Exu orixá é conclamado em suas filosofias também insurgentes, gingadas, nas suas encruzadas que abrem caminhos e subvertem lógicas a fim de construir possibilidades reais de outras práticas pedagógicas decoloniais. Luiz Rufino, em *Pedagogia das Encruzilhadas* (2019), se inspira e nos inspira a partir das tradições e saberes afro-brasileiros, especialmente as cosmologias e filosofias de matriz africana, para desenvolver uma nova visão pedagógica. A encruzilhada simboliza o ponto de encontro entre diferentes saberes, culturas e perspectivas, o que chamamos de cruzos epistêmicos, configurando-se como um espaço de troca, confronto e aprendizado mútuo.

Rufino (2019) propõe que a educação, ao partir desse viés, que se faz teoria e metodologia, valorize o conhecimento oriundo das periferias e das culturas marginalizadas, promovendo uma educação crítica e antirracista que ressignifique a diversidade como potência e resistência.

Caminho que buscamos abraçar e seguir no projeto, tendo o terreiro como espaço de pesquisa-ação, de parceria e de construção de conhecimentos acerca das pedagogias ali produzidas e praticadas, a fim de desenvolver ações extensionistas junto às professoras e professores da educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental e professoras em formação. junto ao terreiro os saberes e práticas ancestrais que pudessem cruzar com os saberes curriculares.

## **METODOLOGIA - BOAS TROCAS EXTENSIONISTAS**

O caminho metodológico deste projeto foi pensando como um processo educativo comprometido com a pluralidade cultural, com a transmissão dos saberes produzidos historicamente pelos povos marginalizados, que a encruzilhada se desenha como

propulsora de uma pedagogia antirracista e muito própria dos povos que se encontram nesse grande cruzo chamado Brasil.

Para tal, a escolha metodológica foi a pesquisa-ação e as vivências nas práticas e pedagogias de terreiro, realizadas junto ao Centro Espírita Nossa Senhora da Guia – CENSG, um centro de umbanda omolocô e quilombo urbano – que se configurou etapa fundamental para compreendermos outra lógica de organização e de educação, bem como para construirmos as bases do portfólio de atividades que vem sendo desenvolvidas nas escolas, em especial, no Colégio Estadual Baldomero Barbará.

De acordo com Thiollente (2011), a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica, concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo e, da qual, se espera uma contribuição propositiva e/ou prática como resultado da pesquisa. O que realizamos não apenas no terreiro, mas também nas rodas de conversas nas escolas parceiras tendo em vista ser o nosso problema posto a precária (ou inexistente) formação das professoras de crianças no que concerne à ERER.

Neste sentido, para além do conhecimento das práticas e pedagogias de terreiro, buscamos conhecer as realidades formativas dos nossos atores sociais utilizando-se de rodas de conversas enquanto método de pesquisa (Warschauer, 2001; 2002; 2004), seja no quilombo ou nas escolas.

A partir dos relatos e dados que as etapas acima nos forneceram, e das análises junto às teorias apresentadas anteriormente, elaboramos ações formativas sobre a ERER, voltadas para as professoras da educação infantil e das séries iniciais do ensino fundamental e para estudantes do Curso Normal. Nossa referência são os cruzos epistêmicos possibilitados pelos saberes e culturas ancestrais. Em última instância, as ações extensionistas objetivam uma mudança significativa na atuação das professoras envolvidas nas rodas, oficinas e minicursos, em suas salas de aula no que concerne à uma educação antirracista.

Ao todo, desenvolvemos, até o momento, duas ações no quilombo, duas formações no Colégio Barbará, uma ação formativa em uma escola particular de Volta Redonda e duas rodas de conversa no próprio IFRJ, como mostramos na Tabela 1.

Tabela 1 – Ações extensionistas desenvolvidas pelo projeto

Tipo de ação	Resumo	Local de realização	Ano
Contação de história	Participação na festividade Almoço dos Inocentes (2023) e na atividade Umbanda do Amanhã (2024), com apresentação do livro infantil O menino Akin e as traquinagens de Icu (publicado pela equipe do projeto).	Centro Espírita Nossa Senhora da Guia/Quilombo da Vovó Maria Conga.	2023 2024
Roda de conversa	Cine debate a partir do curta Dũdũ e o lápis cor de pele, numa discussão sobre subjetividades, racismo, infância e formação de professores.	IFRJ campus Volta Redonda	2023
Minicurso	Educação antirracista e subjetividades infantis.	Colégio Estadual Baldomero Barbará	2023
Minicurso	Racismo Estrutural, etnosaberes e formação docente.	Academia da Criança	2024
Oficina	Práticas antirracistas a partir da literatura infantil.	Colégio Estadual Baldomero Barbará	2024
Oficina	Etnosaberes e etnomatemática: como ser uma educadora antirracista	Colégio Estadual Baldomero Barbará	2024

No que concerne a divulgação dos conhecimentos até aqui produzidos pelo projeto e sendo, também, parte do caminho metodológico, participamos de dois congressos nacionais, jornada científica interna do IFRJ, jornada sobre direitos humanos e desenvolvemos e alimentamos um perfil na rede social Instagram. Em todos esses espaços, além da divulgação, buscamos também realizar boas trocas exuísticas, sempre com o objetivo de ampliar os horizontes no que diz respeito a práticas antirracistas desenvolvidas em todo o país e a saberes ancestrais.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO – NAS ENCRUZAS DE EXU**

À instituição escolar atribui-se objetivos tais como a formação do sujeito integral, o ensino propedêutico, a transformação da realidade social, no entanto, dialogando com Pinheiro (2023), a educação tem como função ontológica a socialização dos conhecimentos produzidos historicamente pelo coletivo com as novas gerações, de modo que estas vão tendo seus próprios processos de socialização pela escola e as relações que a compõem. Contudo, dentro das estruturas de poder marcadas pelo colonialismo e suas hegemonias culturais,

(...) há intencionalidade pedagógica (não se ensina despreziosamente - o ato educativo é planejado) e há sistematicidade dos conteúdos a serem socializados, ou seja, existe um currículo, que também é intencional e reflete um projeto histórico assumido por suas pessoas mentoras. (Pinheiro, 2023, p. 22)

Neste caminho, compreendemos que uma educadora/o imprime em suas práticas pedagógicas, metodologias e escolhas curriculares, epistêmicas, a intencionalidade que deseja para a formação de crianças e jovens a partir da sua perspectiva de mundo, do modelo de sociabilidade que ela deseja. Freire (2010) já nos ensinou que a educação é um ato político enquanto práxis e que não há neutralidade nela, nas escolhas que são feitas durante o processo educativo.

A despeito dos mais de vinte anos da Lei 10.639/03 (Brasil, 2003), a presença das histórias e das culturas africanas e afro-brasileiras permanece distante dos currículos escolares e, quando presentes, acabam sendo trabalhadas de forma precarizada, uma vez que os cursos de formação de professoras e professores pouco contribuem nesse sentido. Até aqui as rodas de conversas e a pesquisa-ação tem nos subsidiado de narrativas importantes sobre esta questão:

as indicações de biografias falando a respeito do tema em questão acredito serem valiosos para aprofundamento e também as propostas para colocar em prática no ambiente escolar como incluir na lista de material escolar a paleta de lápis tons de pele, os livros infantis com temáticas e histórias de personagens pretos e a revisão da história contada pela visão da população afrodescendente (resposta de uma professora da educação básica, de uma escola particular em que desenvolvemos uma roda de conversa em 2024).

Esta fala representa, para nós, como há ainda uma carência por parte dos profissionais da educação em termos de culturas, histórias, metodologias, que os possibilitem incluir, em suas práticas pedagógicas, a diversidade cultural que compõe a nossa sociedade e, conseqüentemente, nós enquanto sujeitos sociais. Os processos

históricos que forjaram o racismo estrutural no Brasil também são pouco ou mal conhecidos por parte dos educadores e estudantes com quem tivemos contato durante o projeto. Nesse mesmo sentido, quase nada tem sido trabalhado dentro dos currículos escolares, sobre as histórias de resistência dos povos pretos e indígenas, suas culturas, processos de preservação de saberes ancestrais e produções que fazem parte daquilo que somos enquanto nação.

Em uma cidade como Volta Redonda/RJ, que apesar da história ter a forjado a partir do aço da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), tem raízes indígenas do povo Puri desde suas origens até o brasão que estampa sua bandeira e diversos espaços públicos, o desconhecimento desta parte do processo de formação da cidade foi marginalizada pelos saberes acadêmicos e escolares. Em ação extensionista no terreiro, tivemos contato com a riqueza do mito de criação da cidade e, assim como nós, a maior parte dos presentes naquele espaço, em sua maioria educadores formais e populares, também desconheciam esse saber que resiste na oralidade dos povos tradicionais, bem como em materiais artísticos pouco explorados pelos espaços formais de educação.

A questão apresentada acima é apenas um dos inúmeros exemplos que pudemos vivenciar sobre a tentativa de apagamento de grande parte da história e da cultura tradicionais pelo legado colonial. Se Brasil a fora encontramos educadores e educadores que se debruçam em cursos e estudos para desenvolverem uma educação antirracista, nos parecem ainda ações individuais e não da estrutura escolar, que muitas vezes só se atenta para esta necessidade quando cobrada por órgãos de fiscalização, como escutamos de uma gestora de uma escola pública de formação de professores em nível médio, no ano passado, ao se referir a inserção “às pressas de história do continente africano nas aulas de história e geografia quando chegou uma notificação do Ministério Público”.

As práticas extensionistas do projeto nos possibilitou coletar dados que comprovam a necessidade de formação docente qualificada no que tange à ERER, portanto, desenvolvemos um portfólio de ações formativas para educadores da infância a serem oferecidas não apenas para escolas de forma individual, mas também para as redes municipais de ensino da cidade de Volta Redonda e outras próximas, como Barra Mansa e Pinheiral, por compreendermos que as estruturas, para sofrerem transformações, necessitam mais do que ações e boas práticas que nascem do chão da escola, mas que estejam respaldadas pelo sistema. Necessitamos de políticas públicas efetivas e práticas para que as Leis 10.639/03 e 11.645/08 sejam implementadas em realidade.

Ressignificar as práticas escolares e de socialização numa perspectiva decolonial e afrodiáspórica passa obrigatoriamente pela valorização de histórias e culturas que foram, secularmente em nosso país, marginalizadas e sufocadas pela colonização e além dela. As práticas desenvolvidas nos reafirma o que as teorias insurgentes conclamam: é preciso contar outras histórias, é necessário que educadores sejam formados a partir de cruzos epistêmicos entre o conhecimento secular eurocentrado e os saberes tradicionais de nossas ancestralidades, permitindo, assim, uma educação que faça sentido (hooks, 2017) e que possibilite primeiro o pertencimento de todos aos espaços escolares e, por conseguinte, a emancipação dos sujeitos aprendentes, especialmente daqueles historicamente excluídos e marginalizados pelas forjas do colonialismo.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS – CRUZOS E CAMINHOS**

A partir do desenvolvimento do projeto de extensão Novos aquilombamentos por infâncias antirracistas, refletimos sobre a exclusão social e étnico-racial enfrentada por grupos marginalizados e a negligência do Estado em garantir direitos democráticos a esses grupos, destacando a necessidade de uma educação inclusiva e crítica.

A presença do colonialismo nos currículos escolares limita a valorização de saberes tradicionais, ancestrais e das culturas de terreiro, que são frequentemente desconsiderados no ambiente acadêmico. Por meio da boa troca de Exu, inspirada por Rufino (2019), a equipe de pesquisa propõe a inclusão desses conhecimentos nos processos de ensino-aprendizagem, promovendo diálogos entre o saber acadêmico e as culturas ancestrais.

Em uma das últimas ações realizadas pela equipe do projeto, tivemos a oportunidade de ouvir de uma das alunas do Colégio Barbará a felicidade de ver a sua cultura, pela primeira vez, apresentada no espaço escolar de uma maneira tão leve, sem estereótipos e sem preconceitos. Na oportunidade, utilizamos a mitologia de Obaluaê e as suas pipocas, como possibilidade de relacionar o aprendizado da letra P, no alfabeto, com algo próprio das nossas culturas ancestrais. Um cruzo epistêmico simples e rico de potências.

Neste sentido, consideramos significativo o portfólio de ações formativas que construímos até o momento e percebemos a importância de a academia estar em constante

diálogo com as demais redes de ensino e a comunidade em geral, especialmente às tradicionais, que muito tem a nos ensinar.

Convocar e agregar educadores a reconhecerem e incluírem outras epistemologias em suas práticas pedagógicas, agregando ao currículo saberes que estão marcados em suas próprias histórias e existências, bem como de toda comunidade escolar, rompendo, assim, com o eurocentrismo predominante e construindo práticas educativas mais inclusivas e significativas para as realidades plurais dos estudantes.

É o que buscamos com esse projeto até aqui e que pretendemos, com outros aquilombamentos e outros cruzos, continuar a desenvolver em busca de infâncias que sejam respeitadas em suas diversidades, se sintam pertencentes e acolhidas no espaço escolar, para que a educação realmente seja significativa e faça sentido, para que o afeto, que todas as nossas crianças precisam para a construção de suas subjetividades, possam de fato existir. Que Exu no guie e abra nossos caminhos!

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos ao CENSG/Quilombo Vovó Maria Conga e ao Colégio Estadual Baldomero Barbará pela parceria que possibilitou o desenvolvimento deste trabalho; agradecemos ao IFRJ e a FAPERJ pelas bolsas e financiamento do projeto.

## **REFERÊNCIAS**

- BENTO, Cida. O pacto da branquitude. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2022.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- HUDSON-WEEMS, Clenora. Mulherismo Africana: recuperando a nós mesmos. São Paulo: Editora Anense, 2021.
- HOOKS, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.
- NASCIMENTO, Abdias do. O Quilombismo. São Paulo: Editora Perspectiva, Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.
- PINHEIRO, Bárbara. Como ser um educador antirracista. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei. n 11.645/08, de 10 de março de 2008. Brasília/DF: DOU 1/03/08, que Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei. n. 10.639/03, 9 de janeiro de 2003, altera a Lei n 9.394 , de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura afro-brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasil, Brasília, DF: 9 de janeiro de 2003. Disponível em [http://www.gov.br/ccivil\\_03/leis/10639.htm](http://www.gov.br/ccivil_03/leis/10639.htm)>.

RUFINO, Luiz. Pedagogia das Encruzilhadas. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. 18 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

WARSCHAUER, Cecília. Rodas em rede: oportunidades formativas na escola e fora dela. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2001.

\_\_\_\_\_. A roda e o registro: uma parceria entre professor, aluno e conhecimento. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. Rodas e narrativas: caminhos para a autoria de pensamento, para a inclusão e a formação. 2004. Disponível em : [http://www.rodaeregistro.com.br/pdf/textos\\_publicados\\_3\\_rodas\\_e\\_narrativas\\_caminhos\\_para\\_a\\_autoria.pdf](http://www.rodaeregistro.com.br/pdf/textos_publicados_3_rodas_e_narrativas_caminhos_para_a_autoria.pdf)>. Acesso em: 30/03/2024